

Governo diz que não agirá para mudar meta de déficit zero em 2024

Relator da LDO, no entanto, não descarta possibilidade de haver nova discussão do tema no ano que vem

Renato Machado e Idiana Tomazelli

BRASÍLIA. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) informou nesta quinta (16) que vai manter a meta fiscal estipulada pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) de zerar o déficit em 2024, apesar do ceticismo do mercado e de parte do Executivo. A decisão significa que, por ora, o governo pretende bancar o alvo escolhido por Haddad, apesar da pressão do ministro Rui Costa (Casa Civil) por uma mudança na meta para evitar risco de contingenciamento de recursos em 2024.

A informação foi inicialmente divulgada pelo relator da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024, deputado Danilo Forte (União Brasil/CE), e confirmada pelo ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais). A meta foi discutida em uma reunião no Planalto com a presença de Haddad, Padilha, Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), do relator da LDO e de lideranças governistas no Legislativo.

Costa se ausentou porque viajou a Belém para um lançamento ligado ao Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). A secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Bekhior, representou a pasta no encontro. Segundo relatos, a Casa Civil foi econômica nas intervenções.

Padilha abriu os trabalhos. De acordo com um dos presentes, ele começou dizendo que era uma decisão de governo manter a meta zero e que havia grande expectativa com a aprovação das medidas enviadas ao Congresso para reverter a arrecadação em 2024. A alta nas receitas é elemento-chave para o cenário fiscal de 2024. A equipe econômica enviou a proposta de Orçamento contendo com R\$ 168,5 bilhões em receitas extras para alcançar o déficit zero.

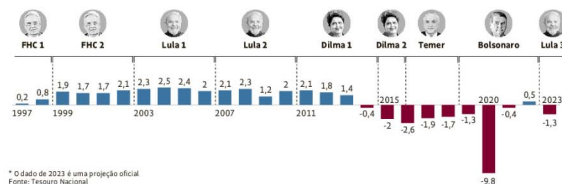
A grande dependência de medidas de arrecadação despertou o ceticismo não só de parte do Executivo, mas também do mercado, que projeta déficit de 0,8% do PIB em 2024. O novo arcabouço fiscal prevê margem de tolerância de 0,25 ponto percentual. Mas o risco é que o déficit fique acima disso, forçando contingenciamento de recursos e acionando gatilhos de contenção ou desaceleração de despesas em 2025 e 2026 (ano eleitoral).

Esses riscos foram os principais motivadores, nas últimas semanas, da pressão da Casa Civil por uma mudança na meta. A equipe de Haddad,

A evolução da meta fiscal

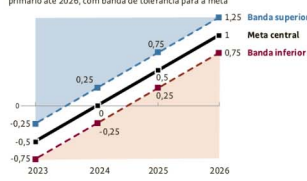
Resultado primário anual do governo central

Em % do PIB



Metas apresentadas pelo governo

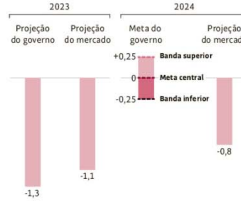
Governo estabeleceu em novo arcabouço fiscal compromisso de melhorar trajetória de resultado primário até 2026, com banda de tolerância para a meta



Fonte: Ministério da Fazenda e Banco Central

Metas de 2023 e 2024

Em % do PIB



resistia à alteração e temia o impacto da discussão sobre o engajamento do Congresso na aprovação das medidas. Ao final da reunião, Padilha disse que não existe nem haverá nenhuma iniciativa do governo propondo a modificação do alvo da política fiscal.

"Primeiro objetivo [da reunião] foi deixar claro e explícito que não tem iniciativa do governo para alterar a meta fiscal estabelecida na LDO que o governo encaminhou para o Congresso. Não existe e não vai existir qualquer iniciativa do governo de alterar essa meta fiscal", afirmou.

O encontro ocorreu às vésperas do fim do prazo para apresentação de emendas à LDO, que se encerra nesta sexta (17). Defensores da mudança queriam emenda para mexer na meta, mas o Planalto descartou esse caminho.

"O governo tirou qualquer possibilidade de emenda ao relatório, qualquer mensagem modificativa com relação ao que está sendo decidido, e [defendeu] a preser-

vação do arcabouço fiscal", afirmou Danilo Forte.

Oredatário descartou, porém, a possibilidade de haver uma nova discussão do tema no ano que vem. Na avaliação de uma ala do governo, em março, quando sai o primeiro relatório de avaliação de receitas e despesas de 2024, a constatação de que será necessário contingenciar despesas forçará um novo debate para afrouxar a meta fiscal.

O relator da LDO alertou em ocasiões anteriores para as dificuldades que o governo deve enfrentar em 2024 para alcançar a meta zero, diante do volume significativo de re-

ceitas envolvido na tarefa. Segundo relatos de pessoas presentes na reunião, Tebet concordou com a visão de Forte, mas ressaltou que a decisão já estava tomada.

Ainda assim, há uma ala de inconformados. "Não estou me dando por vencido. Jogar [a revisão] para março é uma temeridade política", diz o deputado Lindbergh Farias (PT-RR), um dos entusiastas da alteração da meta.

"O custo político e a dificuldade de alterar a meta em março será muito maior. Não vai ser simples".

Defensores da mudança na meta no governo também

avaliam que a alteração será inevitável e terá um custo político maior para o Executivo.

Entre os presentes na reunião, porém, a leitura é que Lula optou por não descreditar Haddad. Há preocupação do governo também sobre como a modificação seria interpretada fora do governo.

A meta entrou no centro das discussões, após Lula ter dito que ela "difícilmente" seria atingida. Em café da manhã com jornalistas no fim de outubro, ele afirmou ainda que a meta não precisava ser zero e que não estava disposto a cortar investimentos e programas sociais para atingi-la.

"Deixa eu dizer para vocês uma coisa. Tudo o que a gente puder fazer para cumprir a meta fiscal, a gente vai cumprir. O que eu posso te dizer é que ela não precisa ser zero. A gente não precisa disso. Eu não vou estabelecer uma meta fiscal que me obrigue a começar o ano fazendo corte de bilhões nas obras que são prioritárias nesse país".



Não existe e não vai existir qualquer iniciativa do governo de alterar essa meta fiscal

Alexandre Padilha ministro das Relações Institucionais

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 17